



ASSOCIAÇÃO
EMPRESARIAL
DE PENAFIEL

relatório de **ATIVIDADES**

2023

- Relatório
- Balanço
- Conta da Gerência
- Parecer do Conselho Fiscal

aepenafiel.pt



CONVOCATÓRIA

No uso da competência que me é conferida pelo número 2 do artigo 19º e para os efeitos do número 4 do artigo 20º dos Estatutos, convoco os Senhores Associados da Associação Empresarial de Penafiel (AEP) para reunir em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia **22 de Março de 2024**, pelas **18:30 horas**, nas instalações da **Rua D. António Ferreira Gomes (Sameiro)**, na cidade de Penafiel, em primeira convocatória, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – Leitura da ata da sessão anterior.

Ponto Dois – Apreciação, discussão e votação do Relatório da Direção, Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2023.

Ponto Três – Outros assuntos de interesse para a vida da Associação.

NOTAS

- a) Se à hora marcada não estiver presente ou representado o número legal de Associados, a Assembleia-Geral funcionará, em Segunda Convocatória, meia hora depois, conforme previsto no número 2 do artigo 23º dos Estatutos, com qualquer número de presenças.
- b) A documentação relativa ao ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos encontra-se à disposição dos Senhores Associados nas Instalações da Associação, sitas à Rua D. António Ferreira Gomes (Sameiro), onde pode ser consultada, bem como consultados todos os elementos, nos oito dias que antecedem a realização da Assembleia.

Penafiel, 5 de março de 2024

O Presidente da Assembleia-Geral

(Pedro Nuno de Sousa Bessa)



1. Relatório da Direção

No sentido de dar cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação Empresarial de Penafiel, adiante designada AEP, e de forma a levar ao conhecimento dos Senhores Associados o que foi a atividade da Associação ao longo do ano de 2023, apresenta-se para análise, apreciação e votação o presente Relatório de Atividades que pretende dar relevo aos principais factos ocorridos durante esse período, que coincide com o primeiro ano do mandato dos atuais Corpos Sociais, eleitos em março de 2023.

Anexa-se, ainda, ao presente Relatório de Atividades, o Balanço e Contas do exercício de 2023 para apreciação, discussão e votação e, ainda, para conhecimento, o Parecer do Conselho Fiscal relativo às orientações tidas pela Direção e às Contas apresentadas referentes a esse período, conforme previsto na alínea b) do artigo 30º dos Estatutos, bem como o Relatório de Auditoria.

Sendo a Assembleia Geral constituída por todos os Associados, nos termos estatutários, é de confiar que nela seja realizada uma rigorosa análise à gestão e atividade desenvolvidas pela Direção, às suas diretivas e orientações, aos seus resultados e às suas expetativas, e ao planeamento de atividades futuras.

Espera-se que na Assembleia Geral de apreciação e discussão do exercício agora findo, os Senhores Associados possam promover uma elevada participação e, pela sua intervenção e proatividade, possam cooperar também com a sugestão de ideias e projetos para a atividade da Associação.

O exercício que agora termina assinala o primeiro ano do mandato dos atuais Corpos Sociais que, após os conturbados anos anteriores, caracterizou-se pelo regresso à estabilidade operacional e de regularidade laboral e de funcionamento ao nível do desenvolvimento da atividade empresarial e associativa, o que reforçou a necessidade de uma ação atenta para assegurar a estabilidade orgânica, financeira e operacional que tem caracterizado a atividade da Associação nos últimos anos, estabilidade essa que se traduziu num resultado positivo de quase 200 mil euros, na solidez e consolidação dos vínculos laborais com os funcionários e com os vários prestadores de serviços, na

[Handwritten signatures in blue ink]

credibilidade junto da Banca, na forte intervenção junto do tecido empresarial, na constante aposta em novos projetos e iniciativas e, sobretudo, na capacidade de planear o futuro e a atividade da Associação para os próximos anos.



Ainda assim, e quando no horizonte se perspetivava a possibilidade da aceleração do crescimento económico ao longo do ano de 2023, e quando os efeitos da Guerra na Europa já não se faziam sentir com a dimensão e impacto do ano anterior, eis que se assistiu a um novo conflito no Médio Oriente que provocou imediatas incertezas nos mercados e, mais tarde, por força do conflito na zona envolvente com sequelas nas rotas comerciais marítimas, provocou também o aumento brutal no preço do transporte marítimo e no custo dos materiais transportados.

E, como se todos estes fatores não fossem já por si desafios suficientes para os empresários, em outubro passado assistimos à demissão do Primeiro Ministro que resultou, por decisão do Presidente da República, na marcação de eleições legislativas para março de 2024. E sabemos que quando



acontece um ato eleitoral, durante alguns meses a economia quase que fica apática à espera do que o futuro nos trará, pelo que, mais uma vez, foi preciso definir estratégias em cima de um cenário de incerteza.

Por conseguinte, o ano agora findo, à semelhança da globalidade dos exercícios e dos mandatos anteriores, pela exigência e alguma imprevisibilidade quanto ao médio prazo, mereceu por parte da Direção um compromisso sério, empenhado e revigorado, sempre no sentido de assegurar o objetivo máximo de garantir o cumprimento da sua missão estatutária de representação dos Associados e de dinamização da atividade empresarial do Concelho e da Região, através de ações empreendedoras e promotoras da criação de valor aos empresários, solidificando as bases de um futuro de estabilidade, de projeto consolidado e com capacidade de renovação e de inovação, em que os Associados se possam identificar com esta Instituição que, por vontade e necessidade, se continuou a renovar, a adaptar às cada vez maiores exigências com que se deparou e depara e que conseguiu, dia a dia, transmitir uma imagem de entidade credível, que respeita os seus compromissos e os seus parceiros.

A estabilidade financeira que se conseguiu manter e solidificar neste exercício, e que foi fruto de um trabalho rigoroso de toda a equipa da AEP, permite continuar a delinear e executar verdadeiros projetos fomentadores do Associativismo e a aproximar a AEP dos empresários, unindo esforços, conhecendo as suas necessidades globais e específicas, de modo a poder ser uma parte da solução para os transversais e diversificados problemas da classe empresarial.

[Handwritten signatures in blue ink]

2. Funcionamento Interno

O ano de 2023 não se desviou das orientações estratégicas e de atuação que têm vindo a ser seguidas nos últimos anos, pautando-se pela manutenção de um clima de equilíbrio orgânico, funcional e financeiro que contribuiu para assegurar o regular funcionamento dos vários departamentos da Associação.

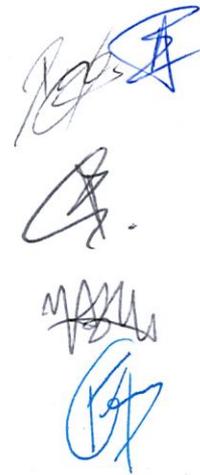
É com sentimento pleno de dever cumprido que se verifica que, à semelhança do anterior, o ano de 2023 foi um ano de intensa atividade e dinamismo da AEP na prossecução da sua missão de contribuir para a capacitação das empresas da região, a qualificação das populações e o desenvolvimento do território.

De destacar também, no âmbito do “Jantar Anual do Associado”, a homenagem feita aos ex-Presidentes da Direção, que assinalou um imperativo de reconhecimento e gratidão pela forma como, todos eles, contribuíram no seu tempo para o crescimento sustentado da AEP, para a sua relevância institucional e para a sua afirmação enquanto agente de dinamização empresarial.



Tudo se tentou fazer para respeitar aquele que é e será sempre o objetivo principal de todos aqueles que integram esta Direção e toda a estrutura da AEP: servir as empresas associadas, representá-las junto da Tutela, cuidar dos seus interesses e procurar a concretização dos seus projetos de investimento, de crescimento e de internacionalização e a sustentabilidade do seu negócio.

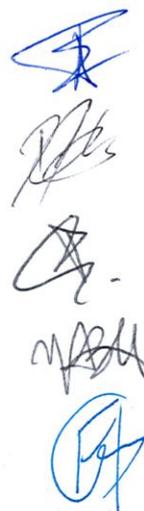
No dia-a-dia, como forma de atingir esses desígnios, foram executadas todas as tarefas decorrentes da exigente legislação contabilística e fiscal, prestados esclarecimentos e informações aos senhores



Associados relacionados com a sua atividade, o enquadramento da sua empresa e atividade em eventuais candidaturas a fundos comunitários, a medidas de apoio à contratação e de apoio à atividade empresarial, a realização de formação específica ajustada às necessidades e realidades de cada empresa, entre outras variadas tarefas de acompanhamento e aconselhamento.

Junto dos seus Associados a AEP continuou a procurar manter e reforçar a imagem de uma entidade competente, dinâmica e conhecedora, de um útil parceiro que responde às necessidades de todos aqueles que lhe solicitam ajuda e apoio. Também junto das novas empresas que iniciam a atividade, e que apresentam uma maior fragilidade de combate às barreiras de acesso ao mercado, a AEP tentou manter uma atitude proativa no sentido de aproveitar a oportunidade de aceitar novos Associados, procurando alargar a sua representatividade e, em simultâneo, dar-lhes um capaz acompanhamento.

O reconhecimento pela competência técnica do desempenho da Associação que nos foi sempre transmitido, e que os resultados da execução dos seus vários projetos próprios não deixa desmentir, reforça a nossa vontade em prosseguir este caminho de aposta na requalificação e aperfeiçoamento dos nossos quadros técnicos, traduzido muitas das vezes, mas não só, nas reiteradas avaliações desses projetos por parte das autoridades de gestão, que, sem exceção, indicam uma excelente folha de serviços, quer no desempenho, quer no cumprimento das normas em vigor.



3. Fomento Associativo

O ano de 2023 caracterizou-se como mais um exercício difícil e exigente para o Associativismo, para as empresas e para os empresários que, após um período de complexa necessidade permanente de resolução de problemas e desafios impostos pela pandemia e as guerras, exigiu, agora, uma atuação de constante adaptação às recentes realidades do mercado, nomeadamente pelas sequelas da escalada da inflação dos bens básicos, dos custos de energia e dos custos do transporte, a que acresceu uma subida brutal das taxas de juro de referência e, conseqüentemente, onerou o custo do financiamento bancário à atividade.

A incerteza do que resultará do ato eleitoral para a escolha do novo Governo da República robustece as alterações não previstas de demasiadas variáveis e exige renovada atuação da representatividade associativa que, da nossa parte, se assumiu sobretudo uma missão de representação junto do Poder Central e um atento acompanhamento próximo dos empresários.

A AEP procurou contribuir para que o Associativismo traduzisse e comportasse uma expressão organizada da sociedade, numa verdadeira e profícua associação de partilha, quer de recursos quer de necessidades, pelo que, neste seguimento, lutou para que todos os que com ela se relacionam, nas mais diversas formas, se sintam imbuídos do conceito da sua utilidade, revendo-a e referenciando-a como uma Instituição credível e de confiança, tendo em 2023 tentado ser, por muitas vezes e de novo, a voz dos empresários junto do poder central e local, acima de tudo numa lógica de agente de criação de valor e de soluções.

Numa outra perspetiva que reflete a atividade da Associação, e à semelhança do que se vem verificado ao longo dos últimos anos, o número de Associados continuou a crescer, em número, diversidade de sector de atividade e dispersão geográfica ao nível do Concelho de Penafiel, o que permitiu continuar o reforço e solidez da representatividade da Associação.

Espera-se ter conseguido, dentro das limitações impostas pelo contexto social e económico e, apesar dos esforços, por um crónico alheamento do tecido empresarial ao movimento associativo, a dinamização do tecido empresarial local, a eficaz defesa e útil representatividade dos senhores Associados, a promoção do bem comum e a dignificação do bom-nome desta instituição centenária.



No que respeita à sua atuação no CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, a AEP assumiu a Vice Presidência daquele organismo, com o pelouro da Tesouraria e teve um papel ativo e um válido contributo para a execução plena dos projetos em curso, resultando daí a apresentação de contas positivas e a liquidez da tesouraria que já não se verificavam há demasiado tempo.



4. Relações Institucionais

A Associação Empresarial de Penafiel por força da sua missão estatutária, do legado da sua História e pela posição estratégica assumida atualmente, sempre pautou a sua atuação institucional pela cordialidade e cooperação com as demais entidades com que se relaciona.

O respeito pelo bom relacionamento institucional foi prática corrente no exercício de 2023, fomentando-se relacionamentos que permitissem de forma cooperante atingir o bem comum. Como em tantas situações no passado, e sem beliscar sequer esse bom relacionamento, a AEP sempre demonstrou de forma inequívoca a sua autonomia e liberdade de expressão, não descurando nunca a defesa dos interesses dos seus Associados, gerindo de forma equilibrada, mas definida, essas relações da sua esfera de atuação.

No que respeita às relações com o Poder Local, e em primeira linha, a Câmara Municipal de Penafiel, com quem tem existido um trabalho de grande proximidade e que permitiu o desenvolvimento de projetos que têm contribuído e irão continuar a contribuir futuramente para o desenvolvimento do concelho.



Com a Câmara Municipal de Penafiel o relacionamento institucional foi assente numa postura dialogante, amigável e cooperante no sentido de conseguir que fossem geradas sinergias proveitosas e benéficas para todos os agentes do Concelho de Penafiel. É de toda a justiça reconhecer que a posição da Autarquia para com a AEP foi, igualmente, pautada pelo respeito institucional e pela cooperação operacional, facto que se assinala e regista, valores que se estendem ao relacionamento com as várias Juntas de Freguesia, em especial a de Penafiel.

Todos aqueles que se revejam nesta conduta colaborante e comunguem dos princípios éticos que a AEP respeita, serão bem vindos para cooperar de forma responsável, sempre com o espírito de servir a entidade que representamos e os seus Associados, sem em momento algum, se confundir cooperação e colaboração com subserviência da AEP para com quer que seja, consolidando-se um ADN



de converter os problemas em desafios, sempre numa postura assente no respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso.

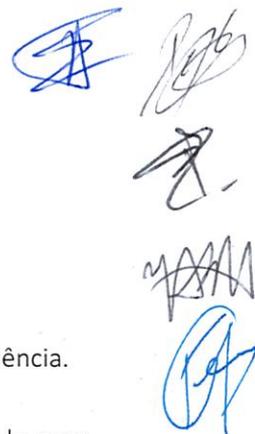
Mais uma vez, com o IEF - Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente com a Delegação Regional do Norte, o Centro de Emprego de Penafiel e também de Valongo e de Amarante, através de trabalho competente das partes, foi possível manter a AEP num exemplo de excelência enquanto Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT) para quem pretende criar a sua própria empresa. No âmbito da formação Profissional, tem-se mantido inesgotável a confiança que o IEF tem demonstrado para com o trabalho da AEP e, agradecendo esse voto de confiança, só se pode afirmar que tudo se fará para nunca deixar de merecer essa confiança.



Com as Instituições do Concelho e de Concelhos vizinhos, como são os casos da Santa Casa da Misericórdia, Rotary Club de Penafiel, Cruz Vermelha Portuguesa, APADIMP, ADISCREP, Bombeiros Voluntários de Penafiel, Futebol Clube de Penafiel, Assembleia Penafidelense, Sociedade Columbófila, ISCE Douro e ESTG de Felgueiras, Cespu, Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo, Escola Secundária de Penafiel, Escola D. António Ferreira Gomes, ACT, Biblioteca Municipal, Tribunal da Comarca Porto – Este, e muitas outras, sempre se tentou marcar a posição por um relacionamento de seriedade, cumprimento de compromissos e a vontade própria para participar em projetos comuns.

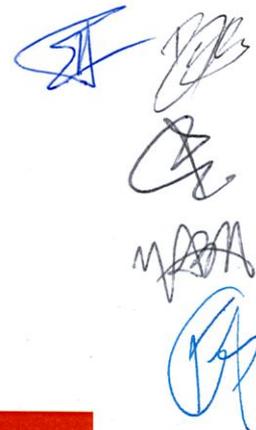
De entre os protocolos firmados e atribuições atualmente existentes e que em 2023 continuaram a funcionar de forma recorrente, com efeitos práticos na atividade regular da Associação, muito pela sua continuidade, destaca-se:

- IEF – EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico e Entidade Formadora Acreditada.
- DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho – Entidade Formadora Acreditada para 23 áreas de educação e formação.
- CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa – Vice Presidência.



- ADERSOUSA – Associação de desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - Vice-Presidência.
- CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Associada e Protocolada para Acordo de cooperação na Medida Vida Ativa e projeto Acelerar o Norte.
- Conselho Consultivo da AE Portugal – Membro do Conselho.
- Conselho Estratégico do Município de Penafiel – Membro do Conselho.
- CLAS – Conselho Local de Ação Social de Penafiel – Membro do Conselho.
- ANQEP - Centro Qualifica – Entidade Acolhedora e Executante do Centro Qualifica.
- Novo Rumo Norte – Entidade Técnica do Programa.
- OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados – Entidade Formadora Acreditada.
- ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Entidade Formadora Acreditada.
- Escola Secundária de Penafiel – Membro do Conselho Geral.

A AEP foi e será uma instituição com uma vontade constante de renovação, onde os problemas se transformam em desafios, e impulsionadora de respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso e é com orgulho que, sabendo que os seus parceiros são aliados fundamentais na prossecução da missão estatutária, esta Direção regista o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de, por vezes em situação de liderança, participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.



5. Departamento de Contabilidade

O número de Associados que elaboram a sua contabilidade no Departamento de Contabilidade da AEP – através da SCAEP – não teve variação significativa, o que permitiu poder continuar a garantir a estabilidade da atividade operacional e financeira do departamento.



Todos os Associados que mantiveram a elaboração das suas contabilidades na AEP e todos aqueles que, em 2023, confiaram a este departamento, pela primeira vez, a sua contabilidade, puderam ter ao seu dispor um serviço rigoroso, competente e profissional no tratamento dos seus vários processos.

Na verdade, aos Associados que elaboram a sua contabilidade na Associação, continuou a ser-lhes disponibilizado um serviço profissional e um acompanhamento rigoroso e atento às mais diversas solicitações e necessidades apresentadas – cada vez mais significativas e regulares -, apontando-se como principais serviços o encerramento das contas do exercício, o preenchimento e envio das declarações fiscais e seus anexos, supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais, relacionados com o processamento de salários, organização do dossier fiscal e o fornecimento de balancetes com periodicidade definida, tendo sido necessário, por força da constante e cada vez mais rigorosa legislação fiscal e dos seus procedimentos, imprimir uma constante atualização dos conhecimentos específicos e técnicos, por parte dos elementos que compõe o departamento.

Mantém-se assim ao serviço dos Associados a disponibilização de um serviço que há muito espelha o rigor e o profissionalismo dos serviços prestados pela AEP e que, em 2023, foi ainda mais um suporte e apoio técnico fundamental, sobretudo para as pequenas empresas sem estrutura interna que possa desenvolver estas valências.

6. Gabinete de Estudos e Projetos

Em 2023, e na linha de atuação e resultados que se tem registado nos últimos anos, a atividade deste departamento da Associação registou níveis bastante elevados, resultado do trabalho efetuado na elaboração e acompanhamento de projetos no âmbito do Portugal 2020 e, sobretudo, pelo desenvolvimento do trabalho enquanto EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico em especial na elaboração de projetos de criação do próprio emprego que se consubstanciou na obtenção de uma posição de destaque ao nível do desempenho na Delegação Regional do Norte, como uma das EPAT com mais execução.



A estabilidade e estratégia de atuação do Departamento, culminou na execução plena do projeto “Granito e Rochas Similares no Tâmega e Sousa: Sustentabilidade, Competitividade e Transformação



Digital” que contribuiu fortemente para a capacitação das empresas que constituem o setor da extração de granito ornamental e rochas similares e da transformação, ao nível da fabricação de artigos de mármore e de rochas similares e fabricação de artigos de granito e de rochas da sub-região do Tâmega e Sousa.

Também durante o ano de 2023, o projeto “Combater a infoexclusão empresarial dos idosos do concelho de Penafiel” teve um desfecho muito positivo com a execução quase plena das atividades previstas, tendo envolvido 13 Instituições sociais do Concelho e mais de 400 seniores, ajudando este público,



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

combatendo a sua exclusão social e ajudando a diminuir os seus índices de solidão, projeto cuja coordenação financeira ficou a cargo deste departamento.

No capítulo particular da EPAT, em 2023 foram ainda assim apresentados mais de 50 projetos de criação do próprio emprego (CPE, Microinvest e Invest+) e dada assistência técnica e consultoria especializada a mais de 40 empresas, atuação prestada em diversos domínios, mantendo-se o já elevado desempenho neste capítulo. Este trabalho sustentado e regular permitiu a geração de uma importante fonte de receita para a Associação que, por si só, garante a rentabilidade operacional e financeira desta estrutura departamental que há vários anos se apresenta como superavitária.

Paralelamente a este tipo de trabalho de cariz interno, o ano de 2023 foi profícuo no acompanhamento de candidaturas próprias dos senhores Associados, nomeadamente ao Programa de Apoio à Produção Nacional, +CO3SO Urbano, +CO3SO Social, Programa Apoiar, Programa Ativar e outras de medidas de apoio à contratação emanadas pelo IEFP.



À margem do trabalho diário de apoio às empresas e aos projetos, a coordenação dos dois projetos de formação ação (AE Portugal e Confederação do Turismo, que envolveram cerca de 70 empresas intervencionadas, o que significa que a intensidade do trabalho e a

gestão operacional e financeira de todos estes projetos representaram uma envolvimento de forte intensidade que motivou uma rigorosa e atenta coordenação, sem descurar o cumprimento dos objetivos



macro do departamento, tendo estes dois projetos sido encerrados com taxas a rondar os 100% das metas contratualizadas, pelo que a totalidade dos projetos geridos pelo departamento apresentaram um sucesso irrefutável.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

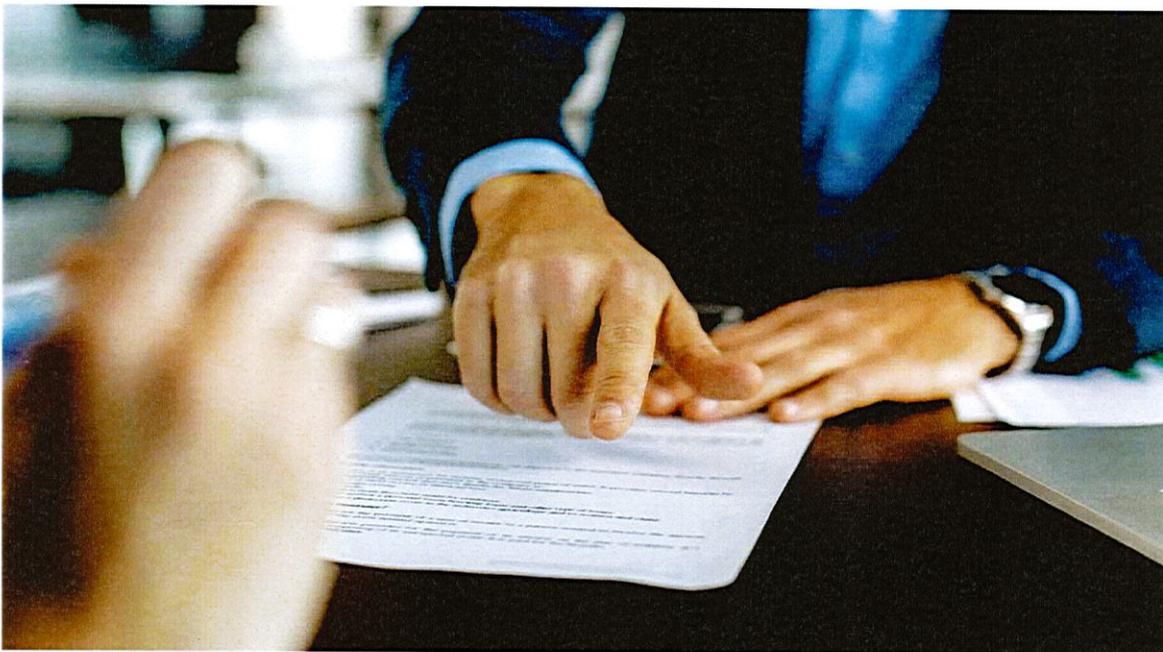


A consolidação da atividade e resultados deste gabinete ao longo do ano de 2023 foi de encontro ao verificado nos anos anteriores e que passa por dotar a estrutura orgânica da AEP com um departamento habilitado a poder corresponder às exigências crescentes dos empresários e, por outro lado, constituir uma importante fonte de receita para a Associação, minimizando a extrema dependência crónica dos apoios financeiros da formação profissional.

7. Departamento Jurídico

Como é conhecimento geral o Gabinete Jurídico presta apoio versando todos os aspetos jurídicos necessários e para o qual é consultado, e presta ainda serviços de consultoria jurídica aos Associados, com atendimento às terças-feiras da parte da manhã (em caso de assunto urgente, o Associado pode-se deslocar ao escritório do Advogado, sendo aí atendido precisamente nas mesmas condições em que é atendido nas instalações da AEP).

O apoio aos serviços da Associação (incluindo o apoio a solicitações da SCAEP – Unipessoal, Lda.) que solicitaram a consulta do Gabinete Jurídico, durante o ano de 2023, manteve a procura no esclarecimento de legislação publicada durante 2023.



No campo da consultoria jurídica, elaborou-se, entre outros, minutas de contratos, entre o mais, de trabalho, e ainda, a elaboração de síntese legislativas para posterior divulgação aos Associados, foi ainda nesse ano que terminou em 2023 o dossier relativo ao registo da marca “Petiscando em Penafiel”, com a receção, em janeiro de 2023, do despacho de concessão da marca à AEP, tendo ainda



sido promovido o registo comercial da eleição e tomada de posse dos órgãos sociais da AEP após as eleições de 2023.

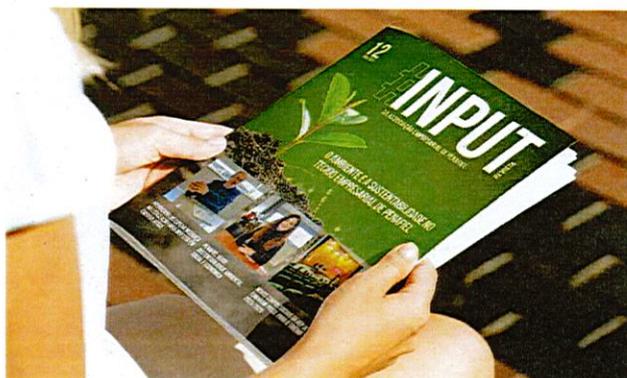
No apoio direto ao Associado (muitas vezes solicitado através da SCAEP), manteve-se a procura de informação quanto à regulamentação coletiva de trabalho e o aconselhamento relativo a contratos de trabalho e a desvinculação dos mesmos, ainda o pedido de esclarecimento da legislação relacionada com a atividade empresarial.

Agrada informar que se manteve a procura na informação sobre os diplomas legais com importância para a atividade dos Associados e consultadoria jurídica nas áreas do Direito Laboral, Direito Comercial, Direito Civil.

Resumidamente o Gabinete Jurídico recebeu e deu resposta a mais de 100 solicitações (onde se inclui contratos de várias índoles, informações e consultadoria jurídica), mantendo-se assim a procura e confiança dos Associados.

8. Departamento de Comunicação e Imagem

Este departamento em 2023 voltou a assumir-se como um dos mais visíveis da AEP, naturalmente por força sua vocação e esfera de atuação, mas também pela qualidade dos serviços praticados e eventos organizados, que conferem um importante fator de projeção e mediatização da Associação.

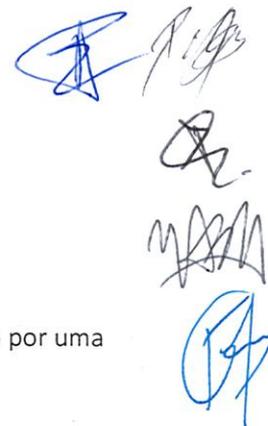


A atividade do departamento foi também bastante canalizada para a regular edição e publicação da revista #INPUT, Revista da AEP totalmente produzida pelos serviços internos que, continuando com um carácter de distribuição gratuito, se manteve um excelente veículo de divulgação institucional.

Ao nível da comunicação interna e externa consolidou-se a rotina da dinâmica de se estabelecer uma comunicação permanente, facto que, com certeza, levou a que o conhecimento externo de muitos dos serviços e valências da AEP se tenha traduzido no aumento de procura de informação e de esclarecimentos, nomeadamente junto do Departamento de Estudos e Projetos, do Departamento de Contabilidade, do Departamento de Formação e do Centro Qualifica. Foram disponibilizadas também, através dos seus canais de comunicação/promoção, as ofertas de trabalho dos seus associados.

Ao nível das conferências / webinars, foram realizadas algumas sessões, que contaram com a colaboração do departamento, quer ao nível da divulgação, quer ao nível da preparação dos respetivos conteúdos gráficos:

- **Sessão de Apresentação aos Formandos dos Cursos EFA de Medidas e Programas de Apoio à Criação do Próprio Emprego**
18 de janeiro – O objetivo da sessão foi informar aos formandos, através do Empresas e Projetos AEP, de alguns mecanismos existentes para a sua inserção ou reinserção no mercado



de trabalho, seja por via da criação do seu próprio negócio, seja pela sua contratação por uma entidade patronal.

- **Entrega de Certificados e Diplomas dos Cursos EFA e do Sistema de Aprendizagem**
10 de fevereiro – Sessão solene para a entrega dos certificados e diplomas aos formandos dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e dos cursos do Sistema de Aprendizagem concluídos em 2022.
- **Conferência “Dia da Mulher: As Mulheres, o Emprego e os Desafios da Carreira”**
8 de março - Debate sobre o tema com a presença como oradores de Alexandra Almeida – Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde, E.M., Isabel Guedes – Presidente da Junta de Freguesia de Eja, Isabel Miranda – Administradora da Isabel Miranda Cabeleireiros e Sérgio Brochado – Administrador do Grupo Basgest.
- **Sessão de Formação Banco de Portugal sobre Canais Digitais e Segurança Online**
21 de março - Na sessão estiveram presentes 90 formandos da nossa instituição para ouvir a jurista do Banco de Portugal, Dra. Cláudia Alves, que deu nota de inúmeros riscos associados a compras online e deu orientações sobre como se podem evitar perdas financeiras pela ocorrência de fraudes, infelizmente cada vez mais presentes no mundo digital.
- **Sessão “Conhece o teu Futuro na AEP!”**
30 de maio – Deu a conhecer à comunidade a oferta formativa disponível, onde foram apresentados os nove cursos de Sistema de Aprendizagem da área da Formação AEP que tiveram início em setembro de 2023.
- **Receção aos Formandos dos Cursos do Sistema de Aprendizagem**
2 de outubro - A área de Formação da AEP deu as boas-vindas aos novos 120 formandos que para seis cursos de Sistema de Aprendizagem de 2023.

- **Road Show “A Associação Empresarial de Penafiel na sua Freguesia”**

Em 2023 a AEP continuou o seu Road Show pelas freguesias do concelho de Penafiel para auscultar de perto os empresários locais. Em 2023 foram visitadas as freguesias de Guilhufe e Urrô, Sebolido e Paço de Sousa

Ao nível dos eventos de rua de promoção da atividade empresarial, foram realizados os seguintes eventos:

- **Flores & Sabores '23**, realizado no primeiro fim de semana de maio, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel no centro histórico de Penafiel, a 13ª edição deste certame teve como foco principal a festa da flor com exposição de plantas e flores pela cidade, uma mostra de sabores regionais, um Festival de Street Food, o Artesanato, várias exposições, montras em flor no comércio local e ainda diversas animações de rua.

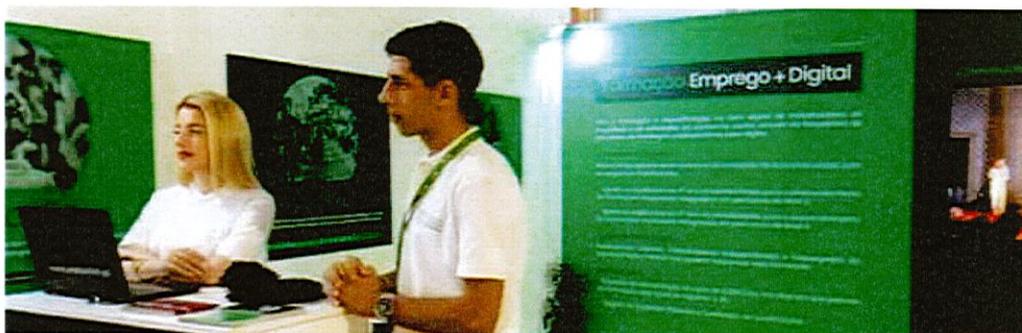


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- **Penafiel Passeio d' Moda '23 – Primavera / Verão**, foi realizado a 7 de julho, pela primeira vez em versão noturna, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel. Esta edição, que contou com 20 estabelecimentos, voltou ao centro histórico de Penafiel com o objetivo de cativar a atenção da comunidade e divulgar as novidades da coleção de primavera/verão em vestuário, calçado e acessórios, demonstrando a qualidade da oferta disponível no comércio local;



- **Agrival 2023**, realizada em finais de agosto a AEP marcou presença com o seu espaço institucional para divulgar os cursos da medida Formação Emprego + Digital.



- **13ª Feira da Saúde**, realizada em meados de setembro que contou com cerca de 20 entidades ligadas à saúde e bem-estar e teve como objetivo promover e divulgar os serviços de saúde do concelho de Penafiel, com sessões de informação e rastreios gratuitos à população em geral.



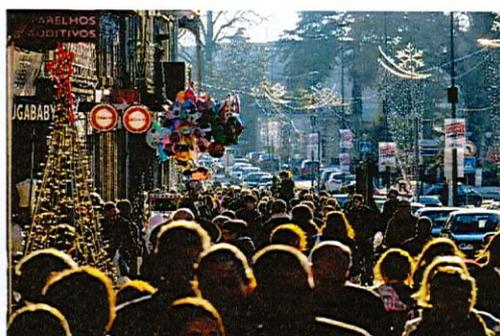
- **Concurso Gastronómico “Petiscando” em Penafiel ‘23**, que decorreu durante o mês de outubro e que envolveu 17 estabelecimentos aderentes com o objetivo de promover e divulgar a Gastronomia do Concelho junto da população em geral;



- **Penafiel Passeio d' Moda '23 – Outono / Inverno**, realizado a 14 de outubro no Museu Municipal de Penafiel, foi aberto ao público e com transmissão em direto para as redes sociais, contou com 18 estabelecimentos que apresentaram as suas coleções para o inverno 23/24;



- **Penafiel Cidade Natal '23**, realizado durante o mês de dezembro englobou a casa do Pai Natal diariamente e oficinas de Natal aos fins de semana. Contou também com as iniciativas de rua como música no comércio local e o Concurso de Montras de Natal “A Minha Montra é que é!” que teve a participação de cerca de 30 estabelecimentos, e ainda o Sorteio “Compras no Comércio Local vão dar prémios neste Natal”.



9. Auditório

O auditório da AEP continua a denotar uma singularidade que lhe confere uma vantagem competitiva, particularmente no que se refere à sua lotação. As reconhecidas condições de comodidade, a par da sua conservação e qualidade dos equipamentos que o integram, fizeram com que o Auditório da AEP apresentasse em 2023



níveis de procura elevados, através da realização de atividades internas, mas também externas promovidas por diversas entidades da Sociedade Civil, local e regional, que continuaram a manter a preferência por este espaço da Associação.

Mais uma vez, a geração de receitas não acompanhou diretamente esta elevada ocupação ao longo do ano devido ao facto de muitas das atividades desenvolvidas estarem ligadas a causas sociais e de solidariedade, fazendo-se por isso respeitar o respetivo Regulamento e tendo-se verificado a gratuidade de cedência do espaço.



Relativamente ao funcionamento interno, o Auditório manteve a habitual utilização por parte dos vários departamentos da Associação, designadamente no desenvolvimento de várias atividades integradoras dos cursos de formação.

Destaca-se, além da realização de várias dessas sessões, a realização da Assembleia Geral da AEP e de seminários relativos aos projetos próprios em curso.

10. Departamento de Formação

O Plano de Formação de 2023 contemplou o desenvolvimento dos seguintes projetos formativos financiados:

- Tipologia de Operação: 3.1 - Cursos do Sistema de Aprendizagem;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvidos na AEP;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) da AEP realizados na Junta de Freguesia de S. Tiago de Piães;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) da AEP realizados na Associação Empresarial de Baião;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) da AEP realizados na Associação Empresarial do Marco de Canaveses;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em parceria com a Confederação e Serviços de Portugal - CCP AEP executados na AEP;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em parceria com a Confederação e Serviços de Portugal - CCP AEP executados na Junta de Freguesia de S. Tiago de Piães;
- Tipologia de Formação Emprego + Digital

No âmbito da formação não financiada ao longo de 2023 a AEP realizou ações de formação nas seguintes modalidades:

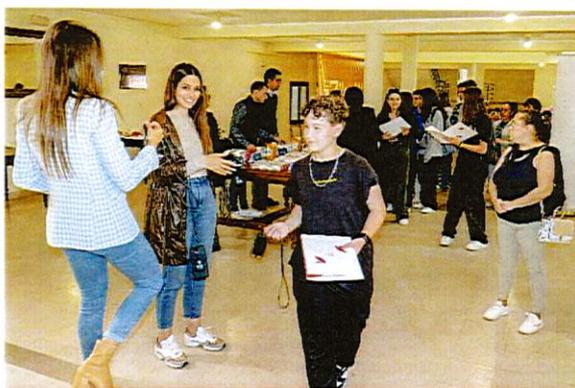
- Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação;
- Formação da OCC.

O estreito relacionamento institucional com o IEFP, através Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto resulta na continuidade de apresentação de candidaturas a concursos para a realização das suas ações de formação nas nossas instalações.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relativamente ao Sistema de Aprendizagem iniciou 4 novas ações nas áreas da saúde, contabilidade, informática e cuidados de beleza.

Em parceria com o Centro de Formação Profissional e Emprego do Porto estão também a decorrer duas ações do Sistema de Aprendizagem na área do desporto e serviço de apoio a crianças e jovens.





Projetos Executados - Financiados

Tipologia de Operação: 3.1- Cursos do Sistema de Aprendizagem

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 1 - 3ºano	2023	18	244	4088
2	Técnico/a Auxiliar de Saúde 5 - 3ºano	2023	14	293	4074
3	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2 - 2ºano	2023	18	767	12602
4	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2 - 3ºano	2023	17	642	10034
5	Técnico/a Auxiliar de Saúde 6 - 2ºano	2023	15	498	7003
6	Técnico/a Auxiliar de Saúde 6-3ºano	2023	15	883	11987
7	Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 - 2ºano	2023	17	540	8542
8	Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 - 3ºano	2023	16	841	12928
9	Cabeleireiro/a 1 -1ºano	2023	20	936	18116
10	Cabeleireiro/a 1 -2ºano	2023	19	439	7894
11	Técnico/a Auxiliar de Saúde 8 - 1ºano	2023	17	935	12316
12	Técnico/a Auxiliar de Saúde 8 - 2ºano	2023	13	456	5822
13	Técnico/a Auxiliar de Saúde 9 - 1ºano	2023	16	944	13205
14	Técnico/a Auxiliar de Saúde 9 - 2ºano	2023	13	436	5371
15	Técnico/a Comercial 7 - 1ºano	2023	20	889	16708
16	Técnico/a Comercial 7 - 2ºano	2023	18	522	9153
17	Técnico/a de Informática - Sistemas 5 - 1ºano	2023	20	914	17843
18	Técnico/a de Informática - Sistemas 5 - 2ºano	2023	19	449	7902
19	Técnico/a Auxiliar de Saúde 10 -1 ano	2023	20	319	6280
20	Técnico/a de Contabilidade 1- 1ºano	2023	21	322	5928
21	Técnico/a de Informática - Sistemas 6 - 1ºano	2023	20	314	6280
22	Cabeleireiro/a 2 - 1ºano	2023	20	324	6280

**Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP
(Formação Presencial)**

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Língua inglesa - atendimento	2023	15	50	552,5
2	Animação sociocultural - áreas de intervenção	2023	26	50	832
3	Arranjos florais e adornos para datas festivas	2023	20	50	760
4	Plano de negócio – criação de pequenos e médios negócios	2023	25	50	800
5	Cuidados práticos das mãos e unhas	2023	17	50	718
6	Cuidados na saúde infantil	2023	19	50	992
7	Folha de cálculo	2023	16	50	872
8	Tecnologias de fotografia e vídeo	2023	16	50	824
9	Poupança e suas aplicações	2023	24	50	1218
10	Educação inclusiva e necessidades educativas específicas	2023	26	50	1300
11	Cuidados cosméticos de envolvimento - mãos e pés	2023	22	50	1103
12	Arranjos florais com elementos artificiais	2023	26	50	1300
13	Organização pessoal e gestão do tempo	2023	26	25	650
14	Administração das organizações	2023	24	25	600
15	Gestão de stress e gestão de conflitos	2023	18	25	450



**Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP
(Formação E-Learning)**

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Abordagem social e cognitiva do envelhecimento	2023	23	50	1036
2	Língua gestual	2023	19	25	469
3	Coaching e comunicação	2023	26	25	622,5
4	Coaching e comunicação	2023	28	25	700

**Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
AEP**

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Esteticista	2023	10	488	4811
2	Animador Sociocultural	2023	15	664	9549
3	Técnico/a Restaurante - Bar	2023	8	804	6470
4	Cabeleireiro - Pro	2023	14	730	9917
5	Técnico/a de Ação Educativa	2023	14	860	11381

**Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
(S. Tiago de Piães - Cinfães)**

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Organização de Eventos	2023	16	323	5168
2	Técnico/a de Apoio Familiar e à Comunidade - PRO	2023	18	759	13616

**Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
A.E. Baião**

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Informação e Animação Turística	2023	13	210	2184

**Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
A.E. Marco de Canaveses**

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a Comercial	2023	12	585	6929



Tipologia de Operação: Formação Emprego + Digital

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	E-consumidores	2023	15	25	375
2	Internet - navegação	2023	15	25	343
3	Marketing digital	2023	10	25	256
4	Gestão de conteúdos digitais	2023	13	25	308
5	E-marketing - tecnologias de informação e comunicação	2023	14	50	700
6	Atendimento não presencial ao cliente	2023	15	50	750
7	E-marketing - tecnologias de informação e comunicação	2023	14	50	700
8	Utilitário de apresentação gráfica	2023	15	25	375
9	Social media	2023	13	25	342,5
10	Literacia digital - iniciação	2023	16	25	400
11	Literacia digital - iniciação	2023	17	25	425
12	Processador de texto	2023	15	50	750
13	Processador de texto	2023	15	50	750
14	Planos e campanhas de comunicação – venda não presencial	2023	15	50	750
15	Criação de sites WEB	2023	12	50	600
16	Gestão de mobile	2023	15	50	750
17	Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2023	16	25	400
18	Planos e campanhas de comunicação – venda não presencial	2023	14	50	700
19	Utilitário de apresentação gráfica	2023	17	25	425
20	Utilitário de apresentação gráfica	2023	16	25	400



Projetos Executados - Não Financiados
Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 9	2023	11	90	990
2	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 10	2023	12	90	1080
3	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 11	2023	11	80	880

Formação para Qualificação da OCC

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Fecho de Contas 2023. Modelo 22 - Taxas. Regime de Teletrabalho. Ajudas de Custo. Coeficiente das Rendas/2024 (Casos Práticos)	2023	8	10	80
2	Do Lucro Contabilístico ao Lucro Fiscal	2023	6	10	60

No ano de 2023 o Departamento de Formação desenvolveu todas as atividades que tinha inicialmente previstas.

Os formandos participaram em algumas conferências e seminários, efetuaram visitas de estudo relacionadas com as temáticas dos respetivos cursos. Os cursos de Educação e formação de Adultos realizaram também, várias atividades integradoras de acordo com as temáticas das áreas dos seus cursos que foram apresentadas à comunidade escolar da AEP.

11. Centro Qualifica



O Centro Qualifica da AEP entrou durante o ano de 2023 no sétimo ano da sua existência e na execução da quarta operação aprovada pela ANQEP, que coincidiu com o período do exercício em apreço.

Neste ano foi mantida a dinâmica de desenvolvimento de processos de RVCC em regime à distância em processo contínuo que se aliou ao trabalho em regime presencial sempre que tal foi permitido.

No exercício de 2023 o Centro Qualifica da AEP continuou a ter um papel estruturante no reforço da qualificação escolar e profissional da região, contribuindo assim de uma forma decisiva para o aumento da empregabilidade e para a inclusão social de muitos adultos. O desenvolvimento de processos de RVCC escolar tornou-se preponderante no cumprimento deste objetivo, pois pessoas mais qualificadas tiveram, não raras vezes, oportunidades mais favoráveis de acesso ao mercado de trabalho ou de promoção e melhoria das condições existentes permitindo, também, a criação das condições de acesso ao ensino superior, visando um adicional e subsequente aumento da qualificação, numa metodologia de trabalho à distância que exigiu muita capacidade de adaptação, mas que produziu resultados gratificantes.



Em relação aos objetivos propostos no plano estratégico, eles foram globalmente cumpridos, superando-se a mais de 100% a meta dos inscritos e encaminhados contratualizados, resultante das seguintes componentes acumuladas:

Resultados obtidos em 31-12-2023 (ano civil)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	5	1	6
Encaminhado	363	410	773
Em Reconhecimento	80	1	81
Certificado	44	10	54

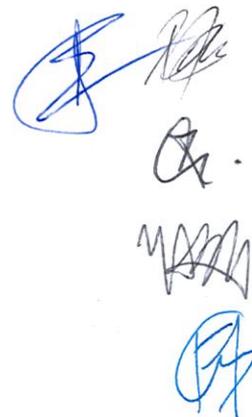
Estes números traduzem que quase seis mil pessoas recorreram ao nosso Centro Qualifica desde a sua existência, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, responsabiliza.

Sempre com uma postura profissional de toda a sua equipa, e com dedicação, compromisso e muita persistência, o Centro Qualifica da AEP apresentou índices de desempenho que deve satisfazer todos os intervenientes e, estamos certos, que tal desempenho em muito contribuiu para que a AEP, no quadro do Plano Estratégico de Intervenção para o próximo triénio, tenha visto prolongada a sua autorização de acolhimento e funcionamento do seu Centro Qualifica.

Mas o que mais continuamos a relevar – muito mais do que metas mensuráveis – é a convicção de que foi realizado um trabalho sério e rigoroso, assente em princípios de honestidade, de independência e de isenção e de acordo com todas as orientações da ANQEP e conforme a legislação em vigor aplicável.

E esse é o “rótulo” de que mais nos orgulhamos e acreditamos piamente que, para todos os adultos e jovens que passaram ou ainda estão no nosso Centro Qualifica, é essa a imagem que passou e que fica.

É um facto indesmentível que, tal como tentamos agir no território, também o trabalho em rede entre todos os atores do Programa Qualifica é uma variável indispensável para a garantia do sucesso desta medida. Os objetivos a todos são comuns, pelo que o contributo de todos torna menos difícil atingir o ponto de chegada.



12. Notas Finais

O exercício em apreço correspondeu ao primeiro ano do mandato dos atuais corpos sociais, eleitos em março de 2023, para o triénio 2023-2025.

Esta Direção tudo fez para manter em prática um plano de estabilidade orgânica e funcional, por um lado, e de crescimento e abordagem a novas áreas de atuação, por outro, consolidando as condições que garantissem a estabilidade para os próximos anos, não se limitando a reivindicar e resignar ao *status quo* existente, mas sendo inovadora, proativa, proponente e ser parte da solução, respeitando a história de mais de 130 anos desta nobre Instituição.

A Direção endereça os agradecimentos aos demais Órgãos Sociais pela cooperação institucional e orgânica, cordial relacionamento e solidariedade que sempre prestaram ao longo deste exercício e do mandato.

A todos os parceiros, mostra o seu compromisso e espírito de cooperação, de amizade e de parceria produtiva, numa lógica de dinamização de projetos partilhados que a todos abona positivamente.

Às instituições bancárias, a Direção agradece a confiança prestada ao longo de todo o exercício, na convicção de que o cumprimento integral das obrigações e dos resultados financeiros acumulados foram fatores facilitadores dessa confiança.

Aos colaboradores da AEP dirige especial reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados obtidos no ano de 2023, que a todos se deve e de todos tem um contributo.

É com redobrado orgulho que se assinala e saúda o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.



O respeito, a honestidade e a capacidade de trabalho, muitas vezes fora da zona de conforto, foram valores que implantámos para garantir que a independência institucional, a liberdade descomprometida de atuação e a estabilidade financeira fossem valores inalienáveis.

Foi esse o carácter e realidade que se aplicou no início deste mandato e, com toda a garantia, se manterá até ao último dia da nossa atuação.

É com esta independência institucional, liberdade descomprometida de atuação e saúde financeira que se julga ter reforçado as bases para a estabilidade e possibilidade de crescimento da Associação.

Por último, propomos que o resultado líquido do exercício no montante de 195.310,52€ (cento e noventa e cinco mil, trezentos e dez euros e cinquenta e dois cêntimos) seja levado à Conta Resultados Transitados.

Penafiel, 12 de março de 2024

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

Francisco Alves Gomes



13. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia catorze de março de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniram-se na secretaria da AEP – Associação Empresarial de Penafiel os membros do Conselho Fiscal para, no cumprimento do mandato que V.as Ex.as nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, examinarmos os livros, registos contabilísticos e demais documentação da AEP – Associação Empresarial de Penafiel, em zelo pela observância da Lei e Estatutos, e solicitámos à Direção os elementos, informações e documentos que, em nosso entendimento, julgados necessários.

O Conselho Fiscal tem procedido à fiscalização da atividade da Associação, vigilância da observância da Lei e dos Estatutos, verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte documental que se entendeu necessário, tendo os serviços responsáveis pela área da contabilidade fornecido, de forma diligente, todos os elementos por nós solicitados.

Nesta análise documental não constatámos desconformidades com compromisso e legislação em vigor, no que diz respeito ao arquivo documental e organização contabilística.

Numa análise global da Demonstração de Resultados e do Balanço à data de 31 de dezembro de 2023, verifica-se uma diminuição dos rendimentos em relação ao exercício antecedente, mas que foi acompanhado da diminuição dos gastos em maior escala, o que gerou um resultado líquido positivo bastante superior ao do exercício transato.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, procedeu ainda à fiscalização do processo de preparação, de divulgação da informação financeira e revisão dos documentos de prestação de contas da Associação, para o exercício em análise e, com base no trabalho efetuado, somos a concluir que a referida informação está isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, pelo que refletem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da AEP – Associação Empresarial de Penafiel.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal registou o esforço que a Direção da AEP – Associação Empresarial de Penafiel desenvolveu para assegurar a estabilidade e melhoria financeira da Associação, que

resultou numa clara melhoria da credibilidade e solidez da Associação, e reitera a importância da continuidade da prossecução das medidas que visem a melhoria e estabilidade da situação económica e financeira da Associação.

Em conclusão, face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe:

1. Considerando a conformidade documental e organização contabilística com as normas atuais em vigor, somos da opinião que o Relatório de Atividades da Direção, as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2023 apresentadas pela Direção, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentada, devem ser aprovados pela digníssima Assembleia Geral;
2. Que seja atribuído um voto de louvor à Direção e colaboradores, pela dinâmica e trabalhos realizados durante o seu mandato, pela forma e empenho que conduziu os destinos da Associação durante este mandato.

À consideração da Assembleia Geral.

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso – Sócio n.º 281.

Secretário: José Manuel Farias Rodrigues – Sócio n.º 280.

Relator: Gustavo Fonseca Carvalhão Sousa – em representação do Sócio n.º 641, Eleserv - Solutions Unip. Lda.



The image shows three handwritten signatures in blue ink, arranged vertically. The top signature is for Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso, the middle one for José Manuel Farias Rodrigues, and the bottom one for Gustavo Fonseca Carvalhão Sousa. Each signature is written in a cursive style and is underlined.







14. Documentos Contabilísticos

A E P - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

500968730

Ano fiscal: 2023

Todas as contas

Do período: Apuramento

Todos os centros de custo.

ao período: Apuramento

Balancete Razão (Sintético)

Página: 1 de 1
Data: 31/12/2023

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			34,332.60	30,521.50	3,811.10	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4,508,625.47	4,022,983.34	485,642.13	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	4,542,958.07	4,053,504.84	489,453.23	0.00
21	CLIENTES			150,888.78	143,221.76	7,667.02	
23	PESSOAL			311,311.57	311,311.57		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		49,991.47	1,340,809.75	1,365,633.54		24,823.79
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			140,000.00	140,000.00		
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			32,860.30	23,810.00	9,050.30	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			5,586,467.17	5,258,951.68	327,515.49	
28	DIFERIMENTOS			3,932,418.38	4,138,778.80		206,360.42
	Total da classe de conta: 2	0.00	49,991.47	11,494,755.95	11,381,707.35	344,232.81	231,184.21
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,481.65		63,481.65	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			2,691,529.72	1,745,532.87	945,996.85	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			59,248.04	58,953.29	294.75	
	Total da classe de conta: 4	0.00	0.00	2,814,259.41	1,804,486.16	1,009,773.25	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				792,952.95		792,952.95
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			52,229.11	203,426.48		151,197.37
	Total da classe de conta: 5	0.00	0.00	52,229.11	1,469,193.67	0.00	1,416,964.56
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS		1,559,671.64	1,561,081.77	1,561,081.77		
63	GASTOS COM O PESSOAL		479,646.23	539,062.84	539,062.84		
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		47,056.33	47,056.33	47,056.33		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS		34,424.80	34,605.06	34,605.06		
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		1,394.59	1,394.59	1,394.59		
	Total da classe de conta: 6	0.00	2,122,193.59	2,183,200.59	2,183,200.59	0.00	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	43,010.44		43,121.74	43,121.74		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2,232,252.54		2,448,718.71	2,448,718.71		
76	Reversões	300.00		300.00	300.00		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	91,921.14		91,921.14	91,921.14		
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.	11.46		11.46	11.46		
	Total da classe de conta: 7	2,367,495.58	0.00	2,584,073.05	2,584,073.05	0.00	0.00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6,004,333.84	6,199,644.36	6,052,362.65	6,247,673.17		195,310.52
	Total da classe de conta: 8	6,004,333.84	6,199,644.36	6,052,362.65	6,247,673.17	0.00	195,310.52
	Total:	8,371,829.42	8,371,829.42	29,723,838.83	29,723,838.83	1,843,459.29	1,843,459.29

A E P - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

500968730

Ano fiscal: 2023

Todas as contas

Do período: Regularizações

Todos os centros de custo.

ao período: Regularizações

Balancete Razão (Sintético)

Página: 1 de 1

Data: 31/12/2023

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			34,332.60	30,521.50	3,811.10	
12	DEPOSITOS A ORDEM	0.03	208.80	4,508,625.47	4,022,983.34	485,642.13	
	Total da classe de conta: 1	0.03	208.80	4,542,958.07	4,053,504.84	489,453.23	0.00
21	CLIENTES			150,888.78	143,221.76	7,667.02	
23	PESSOAL			311,311.57	311,311.57		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS			1,340,809.75	1,315,642.07	25,167.68	
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			140,000.00	140,000.00		
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			32,860.30	23,810.00	9,050.30	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	63,171.35	65,050.51	5,586,467.17	5,258,951.68	327,515.49	
28	DIFERIMENTOS		2,562.66	3,932,418.38	4,138,778.80		206,360.42
	Total da classe de conta: 2	63,171.35	67,613.17	11,494,755.95	11,331,715.88	369,400.49	206,360.42
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,481.65		63,481.65	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		43,859.25	2,691,529.72	1,745,532.87	945,996.85	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS		441.94	59,248.04	58,953.29	294.75	
	Total da classe de conta: 4	0.00	44,301.19	2,814,259.41	1,804,486.16	1,009,773.25	0.00
51	Fundo Social				160,023.07	160,023.07	
56	RESULTADOS TRANSITADOS				792,952.95	792,952.95	
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17	312,791.17	
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9,948.26	2,089.13	52,229.11	203,426.48	151,197.37	
	Total da classe de conta: 5	9,948.26	2,089.13	52,229.11	1,469,193.67	0.00	1,416,964.56
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2,562.66		1,561,081.77	1,410.13	1,559,671.64	
63	GASTOS COM O PESSOAL	65,050.51	59,416.61	539,062.84	59,416.61	479,646.23	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	44,301.19		47,056.33		47,056.33	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	208.77		34,605.06	180.26	34,424.80	
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO			1,394.59		1,394.59	
	Total da classe de conta: 6	112,123.13	59,416.61	2,183,200.59	61,007.00	2,122,193.59	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS			111.30	43,121.74	43,010.44	
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			216,466.17	2,448,718.71	2,232,252.54	
76	Reversões				300.00	300.00	
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		11,613.87		91,921.14	91,921.14	
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.				11.46	11.46	
	Total da classe de conta: 7	0.00	11,613.87	216,577.47	2,584,073.05	0.00	2,367,495.58
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			48,028.81	48,028.81		
	Total da classe de conta: 8	0.00	0.00	48,028.81	48,028.81	0.00	0.00
	Total:	185,242.77	185,242.77	21,352,009.41	21,352,009.41	3,990,820.56	3,990,820.56

BALANÇO

31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	945.996,85	969.617,34
Ativos intangíveis	5	294,75	736,69
Investimentos financeiros	7	63.481,65	63.120,73
		<u>1.009.773,25</u>	<u>1.033.474,76</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	6,7	471.121,62	2.359.925,99
Estado e outros entes públicos	11	44.982,03	18.772,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	9.177,80	5.215,00
Diferimentos		2.730,11	2.567,46
Outros ativos correntes	7	212,07	113,69
Caixa e depósitos bancários		489.453,23	156.134,61
		<u>1.017.676,86</u>	<u>2.542.728,96</u>
Total do ativo		<u>2.027.450,11</u>	<u>3.576.203,72</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7	160.023,07	160.023,07
Resultados transitados	7	792.952,95	744.924,14
Excedentes de revalorização	7	312.791,17	312.791,17
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	7	151.197,37	159.056,50
		<u>1.416.964,56</u>	<u>1.376.794,88</u>
Resultado líquido do período	11	195.310,52	48.028,81
Total dos fundos patrimoniais		<u>1.612.275,08</u>	<u>1.424.823,69</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar	7	40.191,72	42.280,85
		<u>40.191,72</u>	<u>42.280,85</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	11	69.805,82	36.444,44
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	7	-	40.000,00
Diferimentos	6	209.090,53	1.875.740,27
Outras dívidas a pagar	7	96.086,96	156.914,47
		<u>374.983,31</u>	<u>2.109.099,18</u>
Total do passivo		<u>415.175,03</u>	<u>2.151.380,03</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>2.027.450,11</u>	<u>3.576.203,72</u>

O Contabilista Certificado

Dulce Sofia Monteiro das Rosas

A Direção

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	11	43.010,44	52.604,49
Subsídios, doações e legados à exploração	6	2.232.252,54	2.388.191,16
Fornecimentos e serviços externos	11	(1.559.671,64)	(1.901.515,84)
Gastos com o pessoal	8	(479.646,23)	(448.987,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	300,00	(11.407,50)
Outros rendimentos	11	91.932,60	95.321,27
Outros gastos	11	(34.424,80)	(59.129,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		293.752,91	115.076,15
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(47.056,33)	(49.609,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		246.696,58	65.466,26
Juros e gastos similares suportados		(1.394,59)	(7.138,54)
Resultado antes de impostos		245.301,99	58.327,72
Imposto sobre o rendimento do período		(49.991,47)	(10.298,91)
Resultado líquido do período		195.310,52	48.028,81

O Contabilista Certificado

Julce Sofia Tonteiro das Rê

A Direção

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		179.294,87	132.030,57
Recebimentos de subsídios		2.411.414,99	2.321.125,40
Pagamentos de bolsas		(617.404,97)	(849.560,64)
Pagamentos a fornecedores		(1.093.858,22)	(1.069.939,19)
Pagamentos ao pessoal		(393.863,78)	(371.764,57)
Caixa gerada pelas operações		485.582,89	161.891,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10.298,91)	(40.969,97)
Outros recebimentos/pagamentos		(78.909,39)	(73.178,73)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		396.374,59	47.742,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(21.697,63)	(28.222,16)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(1.357,78)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(21.697,63)	(29.579,94)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de fundos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(40.000,00)	(60.000,00)
Juros e gastos similares		(1.358,34)	(7.147,47)
Redução de fundos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(41.358,34)	(67.147,47)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		333.318,62	(48.984,54)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		156.134,61	205.119,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		489.453,23	156.134,61

O Contabilista Certificado

Julia Sofia Monteiro da Silva

A Direção

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

BALANÇOS HISTÓRICOS DA EMPRESA

Un: Euros

Un: Euros

Rubricas	Código SNC	2021		2022		2023	
Activo							
1. Activo não corrente		1 057 464	20,53%	1 033 475	27,11%	1 009 773	46,66%
1.1 Activos fixos tangíveis	43	€ 994 549	20,53%	€ 969 617	27,11%	€ 945 997	46,66%
1.2 Activos fixos intangíveis	44	€ 1 179	0,02%	€ 737		€ 295	0,01%
1.3 Participações financeiras - M.E.P	41	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.4 Outros investimentos financeiros	41	€ 61 736	1,27%	€ 63 121		€ 63 481	3,13%
2. Existências	31 a 39	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
3. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21, 22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Contas a receber e a pagar - Curto prazo		€ 3 580 605	0,00%	€ 2 384 027	0,00%	€ 525 494	0,00%
4.1. Clientes	21	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2. Outros	228, 24 a 27	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2.1. Fundadores/ beneméritos/associados		€ 14 433		€ 5 215		€ 9 178	0,45%
4.2.2. Estado e Outros Entes Públicos		€ 15 290		€ 18 772		€ 44 982	
4.2.3. Outras contas a receber		€ 3 550 883		€ 2 360 040		€ 471 334	
5. Depósitos à ordem/Outros instr. financeiros/Caixa	11 a 14	€ 205 119	4,23%	€ 156 135	4,37%	€ 489 453	24,14%
6. Diferimentos	281 e 282	€ 2 197	0,05%	€ 2 567	0,07%	€ 2 730	0,13%
7. Total do Activo (1+2+3+4+5+6)		€ 4 845 385	100,00%	€ 3 576 204	100,00%	€ 2 027 450	100,00%
Fundos Patrimoniais e Passivo							
8. Fundos	51,52,54	€ 160 023	3,30%	€ 160 023	4,47%	€ 160 023	7,89%
9. Outros instrumentos de Capital Próprio	53	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Reservas + Resultados Transitados	55 a 59	€ 1 051 200	21,69%	€ 1 216 772	34,02%	€ 1 256 941	62,00%
10.1. Excedentes de Reavaliação		€ 312 791		€ 312 791		€ 312 791	
10.2. Outras Reservas		€ 0		€ 0		€ 0	
10.3. Resultados Transitados		€ 571 494		€ 744 924		€ 792 953	
10.4. Outras Variações		€ 0		€ 0		€ 0	
10.5. Ajust./ outras var. nos fundos patrimoniais		€ 166 916		€ 159 057		€ 151 197	
11. Resultados Líquidos do Exercício	81	€ 173 431	3,58%	€ 48 029	1,34%	€ 195 311	9,63%
12. Dividendos Antecipados	89	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
13. Total dos fundos patrimoniais (9+10+11+12)		€ 1 384 654	28,58%	€ 1 424 824	39,84%	€ 1 612 275	79,52%
Passivo							
14. Provisões	29	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21 a 27	€ 44 370	0,92%	€ 42 281	1,18%	€ 40 192	1,98%
15.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.2 Dívidas a Sócios (Suprimentos)	26	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.3 Outras Dívidas	21,22,24,27	€ 44 370	0,92%	€ 42 281	1,18%	€ 40 192	1,98%
16. Contas a receber e a pagar - Curto Prazo	21 a 26,12	€ 282 757	5,84%	€ 233 359	6,53%	€ 165 893	8,18%
16.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25,12	€ 100 000	2,06%	€ 40 000	1,12%	€ 0	0,00%
16.2 Fornecedores	22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.3 Estado e outros entes públicos	24	€ 61 276	1,26%	€ 36 445	1,02%	€ 69 806	3,44%
16.4 Outras Dívidas	21,25,26	€ 121 481	2,51%	€ 156 914	4,39%	€ 96 087	4,74%
16.4.1. Outros Empréstimos Obtidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.2. Accionistas (sócios)		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.3. Outros Credores		€ 121 481	2,51%	€ 156 914	4,39%	€ 96 087	4,74%
17. Diferimentos	282	€ 3 133 605	64,67%	€ 1 875 740	52,45%	€ 209 090	10,31%
17.1. Acréscimos de Custos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
17.2. Rendimentos a reconhecer		€ 3 133 605	68,82%	€ 1 875 740	52,45%	€ 209 090	10,31%
17.2. Outros rendimentos diferidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
19. Total do Passivo (15+16+17+18)		€ 3 460 731	71,42%	€ 2 151 380	60,16%	€ 415 175	20,48%
20. Total dos fundos patrimoniais e do passivo (14+19)		€ 4 845 385	100,00%	€ 3 576 204	100,00%	€ 2 027 450	100,00%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
Vasco António Bessa de Melo
Pedro José Gomes de Melo
Pedro Miguel Sequeira e Cunha
Francisco Alves Gomes

A Contabilista Certificada

Dr.ª Dulce Sofia Monteiro da Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS HISTÓRICOS

Rubricas	Cód SNC	2021		2022		2023	
Rendimentos							
1. Vendas (líquidas)	71	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.1. Mercado Interno		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.2. Mercado Externo		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
2. Prestações de Serviços	72	€ 72 533	3,57%	€ 52 604	2,07%	€ 43 010	1,82%
3. Variação nos Inventários de Produção	73	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Trabalhos para a Propria Entidade	74	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
5. Subsídio à Exploração	75	€ 1 898 464	93,55%	€ 2 388 191	94,17%	€ 2 232 253	94,29%
6. Reversões	76	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 300	0,01%
7. Ganhos por Aumento de Justo Valor	77	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
8. Outros Rendimentos e Ganhos	78	€ 58 355	2,88%	€ 95 322	3,76%	€ 91 933	3,88%
9. Juros Dividendos e outros Rendimentos Similares	79	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9)		€ 2 029 352	100,00%	€ 2 536 117	100,00%	€ 2 367 496	100,00%
Gastos							
11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	61	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.1 Origem Interna		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.2 Origem Externa		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12. Fornecimentos e Serviços Externos	62	€ 1 326 455	65,36%	€ 1 901 516	74,98%	€ 1 559 672	59,88%
12.1. Subcontratos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12.2. Serviços Especializados		€ 1 205 200	59,39%	€ 1 713 272	67,55%	€ 1 372 910	57,99%
12.3. Materiais		€ 17 716	0,87%	€ 36 639	1,44%	€ 30 834	1,30%
12.4. Energias e Fluidos		€ 17 367	0,86%	€ 14 670	0,58%	€ 13 851	0,59%
12.5. Deslocações, Estadas e Transportes		€ 18 486	0,91%	€ 19 997	0,79%	€ 27 364	1,16%
12.6. Serviços Diversos		€ 67 686	3,34%	€ 116 938	4,61%	€ 114 713	4,85%
13. Gastos com o Pessoal	63	€ 426 999	21,04%	€ 448 988	17,70%	€ 479 646	20,26%
14. Gastos de Depreciação e de Amortização	64	€ 45 867	2,26%	€ 49 610	1,96%	€ 47 056	1,99%
15. Perdas por Imparidade	65	€ 0	0,00%	€ 11 408	0,45%	€ 0	0,00%
16. Perdas por Redução do Justo Valor	66	€ 0	0,47%	€ 0	2,33%	€ 0	0,00%
17. Provisões do Período	67	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
18. Outros Gastos e Perdas	68	€ 9 622	0,47%	€ 59 131	2,33%	€ 34 425	1,45%
19. Total (11+12+13+14+15+16+17+18)		€ 1 808 943	100,00%	€ 2 470 653	97,42%	€ 2 120 799	89,58%
19. Rest antes Encargos Financiamento e Impostos(10-18)		€ 74 926	3,69%	€ 65 464	2,58%	€ 246 697	10,42%
20. Gastos e Perdas de Financiamento	69	€ 1 028	0,05%	€ 7 138	0,28%	€ 1 395	0,06%
20.1 de Funcionamento		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.2 de Financiamento		€ 1 028	0,05%	€ 7 138	0,28%	€ 1 395	0,06%
21. Resultados Antes do Imposto (19-20)		€ 73 898	5,57%	€ 58 327	2,30%	€ 245 302	10,36%
23. Imposto sobre o Rendimento do Período		€ 13 791	1,04%	€ 10 299	0,41%	€ 49 992	2,11%
24. Resultado Líquido do Período (10-18-20-22-24)	81	€ 60 107	2,96%	€ 48 028	1,89%	€ 195 310	8,25%

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
 Vasco António Bessa de Melo
 Pedro José Gomes de Melo
 Pedro Miguel Sequeira e Cunha
 Francisco Alves Gomes

A Contabilista Certificada

Drª Dulce Sofia Monteiro da Silva



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Empresarial de Penafiel** (“Associação” ou “AEP”), fundada em 1892, é uma entidade centenária de duração ilimitada e sem fins lucrativos que, desde a década de 60 até aos dias de hoje, mantém a sua Sede oficial na Rua do Paço 33, em pleno Centro Histórico da Cidade de Penafiel, estando os principais serviços ao dispor dos seus Associados nas instalações sitas na Rua D. António Ferreira Gomes. A AEP tem por objetivo a representação e defesa dos interesses da atividade empresarial e dos seus associados, tendo em vista o respetivo progresso técnico, económico e social.

Como reconhecimento público da sua importância e capacidade interventora, a Autarquia decidiu atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Concelho, em 3 de Março de 1993, e o Governo Central distinguiu-a com o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, em 20 de Outubro de 1993.

Para a prossecução dos seus fins estatutários, uma das principais atribuições da AEP é assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção dos seus serviços técnicos nas áreas que se revelam de interesse, nomeadamente na área Jurídica, Económica e Fiscal.

Os associados da AEP têm, assim, à sua disposição, diversos serviços departamentais para lhes prestar apoio técnico, todos assegurados por um quadro de técnicos especializados, aptos a fornecer-lhes todas as informações que considerem necessárias e úteis.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho,

designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

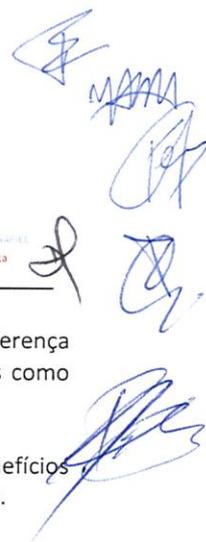
Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

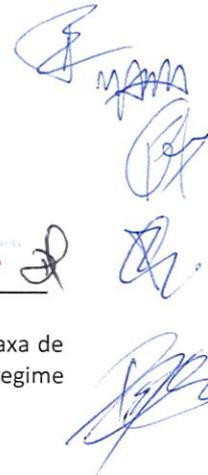
f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica "Outros ativos financeiros", correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

g) **Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

i) **Rédito**

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Associação, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

j) **Subsídios, doações e legados à exploração**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.



Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

k) Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das atividades desenvolvidas no âmbito do seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de atividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Neste caso, a Associação encontra-se sujeita à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

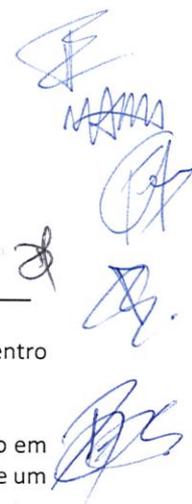
As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda,



eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros. Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho da Associação.



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8	12,50% - 33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2023						TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2022	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	383.401,87	2.668.535,82
Adições	-	-	-	-	-	22.993,90	22.993,90
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	406.395,77	2.691.529,72
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2022	-	(739.486,09)	(101.917,55)	(9.281,72)	(502.152,78)	(346.080,34)	(1.698.918,48)
Adições	-	(26.218,81)	(3.978,12)	(3.840,71)	-	(12.576,75)	(46.614,39)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	(765.704,90)	(105.895,67)	(13.122,43)	(502.152,78)	(358.657,09)	(1.745.532,87)
Quantia escriturada	312.796,17	578.865,13	4.356,45	2.240,42	0,00	47.738,68	945.996,85

	2022						TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2021	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	359.165,90	2.644.299,85
Adições	-	-	-	-	-	24.235,97	24.235,97
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	383.401,87	2.668.535,82
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2021	-	(713.267,28)	(100.313,04)	(5.441,01)	(502.152,78)	(328.576,42)	(1.649.750,53)
Adições	-	(26.218,81)	(1.604,51)	(3.840,71)	-	(17.503,92)	(49.167,95)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	(739.486,09)	(101.917,55)	(9.281,72)	(502.152,78)	(346.080,34)	(1.698.918,48)
Quantia escriturada	312.796,17	605.083,94	8.334,57	6.081,13	0,00	37.321,53	969.617,34

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Vidas úteis

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis taxa de amortização médias:

	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2023		
	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	TOTAL
Quantia escriturada bruta:			
Saldo em 31.12.2022	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Adições	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 31.12.2022	(589,25)	(46.672,10)	(47.261,35)
Adições	(441,94)	-	(441,94)
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	(1.031,19)	(46.672,10)	(47.703,29)
Quantia escriturada	294,75	-	294,75

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2023 e 2022, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2023				Demonstração dos Resultados
				Ativo (Créditos a receber)	Passivo (Outras dívidas a pagar)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	
Curso de Aprendizagem	IEFP	02/01/2023	31/12/2023	159.433,29	-	-	-	927.860,44
Centros Qualifica	POCH	02/01/2023	31/12/2023	30.548,38	-	-	-	175.863,87
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	19/02/2020	30/06/2023	-	1.982,48	-	-	208.789,90
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/03/2023	-	-	-	-	8.920,63
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	30/06/2023	-	-	-	-	245.350,83
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/03/2023	-	-	-	-	98.551,36
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	Parceiros Sociais	02/01/2020	31/03/2023	-	-	-	-	33.515,02
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	07/06/2021	05/05/2023	48.494,56	-	-	-	154.062,79
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	06/10/2021	30/06/2023	-	3.962,38	-	-	159.609,75
Granito e rochas similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital	FEDER	01/05/2021	29/07/2023	9.093,60	-	-	-	46.297,98
Emprego + Digital	IEFP	01/07/2023	31/03/2024	209.507,26	-	209.090,53	-	43.162,97
Comparticipação eventos	CMPenafiel	02/01/2023	31/12/2023	-	-	-	-	19.150,00
ERASMUS +		01/01/2023	31/12/2023	-	-	-	-	15.759,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	-	-	6.362,75	-	-	-	95.358,00
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	-	191.389,09	9.948,26
				463.439,84	5.944,86	209.090,53	191.389,09	2.242.200,80

A diminuição do saldo de Créditos a receber e do saldo de Diferimentos (rendimentos a reconhecer) face a 31 de dezembro de 2022, está relacionada com o fim de execução da maioria dos projetos que estavam em curso desde anos anteriores.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2022			Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
				Ativo (Créditos a receber)	Passivo (Outras dívidas a pagar)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)		
Curso de Aprendizagem	IEFP	01/01/2022	31/12/2022	133.134,70	-	-	-	694.907,94
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	-	-	-	-	(7.069,20)
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	-	-	-	-	(2.669,13)
Centros Qualifica	POCH	01/01/2021	31/12/2022	55.292,63	-	-	-	187.756,63
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	26/11/2018	26/05/2021	42.292,52	-	-	-	-
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	24/09/2019	04/12/2020	5.073,55	-	-	-	-
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	19/02/2020	30/06/2023	286.110,01	-	281.904,54	-	53.558,79
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/03/2023	23.915,66	-	21.914,18	-	25.887,64
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	30/06/2023	1.013.907,86	-	938.626,06	-	864.290,85
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/03/2023	114.755,93	-	116.041,31	-	29.624,34
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	CMPenafiel	02/01/2020	31/12/2022	-	-	-	-	20.473,00
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	07/06/2021	05/05/2023	176.113,00	-	187.159,11	-	205.054,74
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	06/10/2021	30/06/2023	339.015,62	-	260.265,87	-	174.581,83
Granito e rochas similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital	FEDER	01/05/2021	29/07/2023	112.814,07	-	69.829,20	-	96.087,62
ERASMUS +		01/01/2022	31/12/2022	-	-	-	-	10.659,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	-	-	34.436,44	-	-	-	33.924,29
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	-	201.337,35	9.948,26
				2.336.861,99	-	1.875.740,27	201.337,35	2.397.016,60

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2023			31.12.2022		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
SCAEP, Unipessoal, Lda	56.505,90	-	56.505,90	56.505,90	-	56.505,90
Fundo de compensação do trabalho	5.975,75	-	5.975,75	5.614,83	-	5.614,83
Outros	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Investimentos financeiros	63.481,65	-	63.481,65	63.120,73	-	63.120,73
Clientes, c/c	7.681,78	-	7.681,78	23.064,00	-	23.064,00
Subsídios	463.439,84	-	463.439,84	2.336.861,99	-	2.336.861,99
Créditos a receber	471.121,62	-	471.121,62	2.359.925,99	-	2.359.925,99
Associados, c/c	9.177,80	-	9.177,80	5.215,00	-	5.215,00
Associados, cobrança duvidosa	11.107,50	(11.107,50)	-	11.407,50	(11.407,50)	-
Associados	20.285,30	(11.107,50)	9.177,80	16.622,50	(11.407,50)	5.215,00
Outros	212,07	-	212,07	113,69	-	113,69
Outros ativos correntes	212,07	-	212,07	113,69	-	113,69

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2023			31.12.2022		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	40.000,00	-	40.000,00
Financiamentos obtidos	-	-	-	40.000,00	-	40.000,00
Ajustamentos em subsídios	-	40.191,72	40.191,72	-	42.280,85	42.280,85
Credores por acréscimos de gastos	66.255,91	-	66.255,91	59.416,61	-	59.416,61
Fornecedores de investimentos	13.362,00	-	13.362,00	20.100,81	-	20.100,81
Outros credores	16.469,05	-	16.469,05	77.397,05	-	77.397,05
Outras dívidas a pagar	96.086,96	40.191,72	136.278,68	156.914,47	42.280,85	199.195,32

7.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

Rubricas	Fundos	31.12.2023					Total
		Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição em 1 de janeiro de 2023	160.023,07	744.924,14	312.791,17	159.056,50	48.028,81	1.424.823,69	
Aplicação do Resultado líquido do período	-	48.028,81	-	-	(48.028,81)	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,13)	195.310,52	187.451,39	
Posição em 31 de dezembro de 2023	160.023,07	792.952,95	312.791,17	151.197,37	195.310,52	1.612.275,08	

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right.

Rubricas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	31.12.2022		Total
				Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição em 1 de janeiro de 2022	160.023,07	571.493,54	312.791,17	166.915,63	173.430,60	1.384.654,01
Aplicação do Resultado líquido do período	-	173.430,60	-	-	(173.430,60)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,14)	48.028,81	40.169,67
Posição em 31 de dezembro de 2022	160.023,07	744.924,14	312.791,17	159.056,50	48.028,81	1.424.823,69

Os excedentes de revalorização são referentes a reavaliação de terreno decorrente de diploma legal em 1994.

8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

8.1 Número médio de empregados durante o período

	2023	2022
Início do período	22	22
Fim do período	23	22
Média do período	22	22

8.2 Gastos com o pessoal

	2023	2022
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	398.045,51	372.320,80
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos com segurança social		
Remunerações do pessoal	81.600,72	76.667,02
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
	479.646,23	448.987,82

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

9.1 Autorização para emissão

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Direção em 12 de março de 2024.

9.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.


10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

11. OUTRAS DIVULGAÇÕES**11.1 Partes relacionadas****Partes relacionadas**

Empresas Subsidiárias
SCAEP, Unipessoal, Lda

No período, a Associação prestou serviços no montante de 7.200 euros à SCAEP.

11.2 Vendas e serviços prestados

	2023	2022
Quotas	15.042,80	14.650,00
Jóias	437,50	417,50
Aluguer de instalações	4.252,50	8.901,00
Formação	8.160,00	6.821,00
Arrendamento	3.600,00	3.744,00
Prestações de serviços	7.200,00	7.200,00
Outros	4.317,64	10.870,99
	43.010,44	52.604,49

11.3 Estado e outros entes públicos

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o valor acrescentado	44.982,03	18.772,21
Total ativo	44.982,03	18.772,21
	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
IRC a pagar	47.947,81	7.407,11
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	12.393,76	19.552,52
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	9.464,25	9.354,41
Fundo de compensação	-	130,40
Total passivo	69.805,82	36.444,44

11.4 Fornecimentos e serviços externos

	2023	2022
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	310.516,49	214.532,25
Publicidade e propaganda	11.479,72	30.608,04
Vigilância e segurança	-	-
Bolsas - formandos	620.697,77	871.438,34
Honorários - formadores	417.941,35	587.690,09
Honorários - outros	3.600,00	3.600,00
Conservação e reparação	1.242,69	1.638,86
Serviços bancários	7.431,99	3.763,96
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23.600,49	21.845,13
Livros e documentação técnica	355,43	2.125,36
Material de escritório	6.878,42	12.668,80
Artigos para oferta	-	-
Energia e fluídos		
Eletricidade	6.772,91	8.339,25
Combustíveis	4.805,88	4.382,12
Água	1.915,81	1.706,41
Outros	355,98	242,58
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	27.364,15	19.997,15
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	14.371,39	29.888,88
Comunicação	6.388,31	6.109,88
Seguros	11.567,60	12.398,06
Limpeza, higiene e conforto	3.407,68	4.788,72
Outros serviços	78.977,58	63.751,96
	1.559.671,64	1.901.515,84

11.5 Outros rendimentos

	2023	2022
Bar	16.462,10	17.838,44
Alugueres	8.960,00	11.795,00
Estudos, projetos, parcerias	47.914,32	36.219,83
Donativos	5.826,50	16.896,96
Imputação de subsídios para investimentos	9.948,26	9.948,26
Outros	2.821,42	2.622,78
	91.932,60	95.321,27

11.6 Outros gastos

	2023	2022
Impostos e taxas	311,38	141,75
IVA regularizado por variação da Afetação Real	3.787,90	21.722,92
Dívidas incobráveis	-	3.634,36
Outros		
Quotizações	2.440,00	1.915,00
Correções relativas a períodos anteriores	2.220,17	1.221,68
Bar (compras)	19.099,44	17.468,67
Outros	6.565,91	13.025,23
	34.424,80	59.129,61

11.7 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 195.310,52 euros, a Direção propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

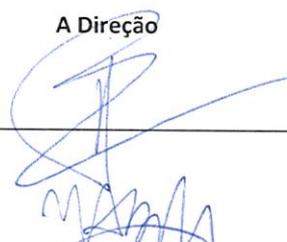
- Resultados transitados: 195.310,52 euros

Penafiel, 12 de março de 2024

O Contabilista Certificado

Julia Sofia Monteiro da Silva

A Direção









[Handwritten signatures in blue ink]

15. Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.027.450 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.612.275 euros, incluindo um resultado líquido de 195.311 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2024

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338